

CARTOGRAFIA DO ENCONTRO COM UM ESTUDANTE CEGO: uma desnaturalização do termo deficiência e do projeto de cidade visual

*Anelice Ribetto
Débora de Souza Santos Madeira*

Resumo

Este ensaio constitui um desdobramento das inquietações que compõem uma tese de doutorado que está sendo produzida junto a um grupo de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade pública. O trabalho se explicita como um exercício do pensamento que aposta na cartografia como um modo de fazer pesquisa, propondo o diário como uma força expressiva que suscita a conversa, colocando em debate alguns reducionismos que podem nos afetar quando nos encontramos com pessoas que experimentam a condição de cegueira. O que se supõe é que o exercício cartográfico pode nos permitir acompanhar o processo, sem prever antecipadamente o caminho que será produzido. Isso nos propicia, ainda, um envolvimento com uma tensão, em que podemos pensar o modo como as corporeidades das pessoas cegas conseguem vazar as produções homogêneas que estão presentes no projeto de cidade que é visual. Desse modo, o que desejamos é dar a sentir que existem movimentos a céu aberto, que escancaram uma luta pela sobrevivência, reafirmando outras formas existir. Sobretudo, explicitando que no encontro com as pessoas cegas, nós pesquisadoras videntes, que fomos aprendendo a conceber o ver delimitado ao pleno funcionamento dos olhos, estamos tendo a oportunidade de constituir uma concepção de que nosso modo de ver com os olhos não é o único possível e existem outros modos de ver e viver que estão por aí ecoando.

Palavras-chave: cartografia; estudantes cegos; deficiência; cidade visual.

CARTOGRAPHY OF THE MEETING WITH A BLIND STUDENT: a desnaturalization of the term disability and the visual project

Abstract

This essay constitutes an unfolding of the concerns that make up a doctoral thesis being produced alongside a research group in the Graduate Program in Education at a public university. The work is presented as an exercise of thought that bets on cartography as a way of conducting research, proposing the diary as an expressive force that prompts conversation, debating some reductions that may affect us when we encounter people who experience the condition of blindness. What is presumed is that the cartographic exercise can allow us to accompany the process, without predicting in advance the path that will be produced. This also provides us with an involvement with a tension, in which we can think about how the corporealities of blind people manage to break through the homogeneous productions present in the sight-based city project. Thus, what we desire is to convey that there are movements in the open air, that reveal a struggle for survival, reaffirming the existence of other ways to exist. Above all, making it clear that in our encounters with blind individuals, we sighted researchers, who have been learning to conceive seeing limited to the full functioning of the eyes, are having the opportunity to establish an understanding that our way of seeing with our eyes is not the only possible one; there are other ways of seeing and living that resonate out there.

Keywords: cartography; blind students; deficiency; visual city.

CARTOGRAFIA DEL ENCUENTRO CON UN ESTUDANTE CIEGO: desnaturalización del término discapacidad y el proyecto de ciudad visual

Resumen

Este ensayo se constituye como un desprendimiento de las inquietudes que componen una tesis de doctorado que se está produciendo junto a un grupo de investigación en el Programa de Posgrado en Educación de una universidad pública. El trabajo se explicita como un ejercicio del pensamiento que apuesta por la cartografía como una forma de hacer investigación, proponiendo el diario como una fuerza expresiva que suscita la conversación, poniendo en debate algunos reduccionismos que pueden afectarnos cuando nos encontramos con personas que experimentan la condición de ceguera. Lo que se supone es que el ejercicio cartográfico puede permitirnos acompañar el proceso, sin prever anticipadamente el camino que será producido. Esto nos propicia, además, un involucramiento con una tensión, en la que podemos pensar en la manera en que las corporeidades de las personas ciegas logran romper con las producciones homogéneas que están presentes en el proyecto de ciudad que es visual. De este modo, lo que deseamos es hacer sentir que existen movimientos a cielo abierto, que abren una lucha por la supervivencia, reafirmando la existencia de otras formas de existir. Sobre todo, explicitando que en el encuentro con las personas ciegas, nosotros, investigadoras videntes, que hemos aprendido a concebir la visión limitada al pleno funcionamiento de los ojos, estamos teniendo la oportunidad de constituir una concepción, de que nuestra forma de ver con los ojos no es la única posible, existen otras formas de ver y vivir que están resonando por ahí.

Palabras clave: cartografía; estudiantes ciegos; deficiencia; ciudad visual.

UMA ENTRADA AO MODO INTRODUÇÃO

Neste ensaio há um recorte das afetações que compõem o processo de desenvolvimento de uma tese que está sendo produzida junto a um grupo de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade pública. Trata-se de uma narrativa na qual nos deixamos atravessar pelos efeitos dos encontros com os estudantes de uma instituição educacional pública que presta diversos atendimentos e possui uma escola especializada na área da cegueira e da baixa visão. Tal narrativa busca visibilizar as sensações de uma educadora, que experimenta esse espaço institucional na condição de assistente de alunos e que se propõe a problematizar os acontecimentos, o inesperado dos encontros entre ela e os estudantes pelos corredores da escola, nos pontos de ônibus e nos trajetos de ida e volta do trabalho. Assim, pensamos que podemos dar a sentir os atravessamentos que emergem por entre os efeitos dessas conversas em que os estudantes narram aquilo que acontece nos acessos à instituição.

Na pesquisa, inspiramo-nos na cartografia como um modo de fazer pesquisa e entendemos o modo como um *ethos* “que nos permite estar atentas e disponíveis para o que é atualizado no tempo e no espaço que ocupamos como território cotidiano: o agenciamento entre escola, casa e universidade” (Ribetto e Busquet, 2022, p. 26).

Supomos que através do exercício cartográfico podemos produzir uma pesquisa que se constitui como um esforço em que buscamos escapar do centro, no sentido de exercitar uma lateralidade, que “ao modo caranguejo” (Costa, 2020, p. 21) pode também nos sensibilizar para uma atenção e uma disponibilidade ao que acontece aos lados, permitindo-nos um escape da posição de

“sobrevoo e de mergulho” (Costa, 2020, p. 21), a qual está mais conectada com as formas hegemônicas de pesquisar e vincula-se com uma atitude de “distância e profundidade” (Costa, 2020, p. 21).

Pensamos que assim há uma possibilidade de compor uma produção cartográfica que se constitui como:

uma prospecção inventiva em que a(o) própria(o) cartógrafa(o) se vê convocada(o) a enfrentar as linhas que a(o) constituem e a compor algo (de si) com o território a ser cartografado. Esta composição envolve uma espécie de dentro-fora, onde a(o) cartógrafo e território se engendram num mesmo agenciamento de pesquisa, estando o movimento de um diretamente envolvido ao movimento do outro. (Costa, 2020, p. 21).

Dessa forma, cremos que a aposta cartográfica pode nos permitir a experimentação das imprevisibilidades do percurso da pesquisa. Isto porque “a cartografia é feita de encontros [...] inesperados [...] inusitados [...]” (Costa, 2014, p. 07). Talvez, lançando-nos à vivência de um movimento de desacomodação que pode nos deslocar à experiência de uma ética cartográfica que “se interessa menos pelo domínio do ser, do estado das coisas” e deseja mais “o vir-a-ser, suas potencialidades em termos de afetação e transformação” (Costa, 2020, p. 29). Afirmamos a cartografia como um modo de fazer pesquisa que nos (in)escreve pelos caminhos da vida, a partir de um inacabamento, uma abertura, na qual as certezas podem ser substituídas por perguntas que nos sensibilizam e interpelam a pensar nas coisas que existem no mundo.

Ao nos inspirarmos na cartografia como um modo de fazer pesquisa, apoiamo-nos especialmente nos dizeres de Costa (2014) que propõe pensar esse modo de pesquisar como uma prática, uma pragmática, que está ligada a uma atitude de quem pesquisa não somente para fazer uma verificação, um levantamento de dados, uma interpretação daquilo que foi pesquisado. Nas palavras do referido autor, o aprendiz de cartógrafo é um amante dos acasos e não pergunta pela essência das coisas, ele se questiona quanto ao seu encontro com as coisas, agenciando-se dessa maneira como uma posição ética, que se esforça para dissolver a dicotomia sujeito-objeto. Ao investigar, o pesquisador problematiza também as suas próprias instituições, não coletando dados, mas produzindo os mesmos através da criação de problemas ou analisadores. Entramadas a estas colocações é que insistimos em habitar os caminhos errantes que nos envolvem com os atravessamentos que insurgem na pesquisa através das variações e das imprevisibilidades que são produzidas no percurso da pesquisa.

Ancoradas a Costa (2014), pensamos que a pesquisa não oferece uma coleta de verdade, mas abre um fluxo que tenta resistir às delimitações e generalizações. Trata-se de uma composição de linhas que podem talvez possibilitar uma precipitação dos sentidos pelo ponto do desassossego, constituindo-se, dessa forma, como um exercício de pesquisar que opera no sentido de agitar e abrir para a possibilidade de que sejam constituídas outras composições...

Nesse contexto, sugerimos a escrita diarística como um dispositivo cartográfico, como uma força expressiva da dimensão acontecimental, como uma “pedra de toque” (Foucault, 1992, p. 29) que pode trazer à baila aquilo que nos causou trepidação. Sublinhamos, no entanto, que neste contexto a palavra “acontecimento” se agencia como uma possibilidade de termos o pensamento constrangido por forças que nos são estranhas (Deleuze, 2006). Isto é, como uma forma de nos sentirmos perturbados com os modos habituais pelos quais concebemos o que estamos nos tornando e a forma como percebemos o mundo em que vivemos (Foucault, 2000).

Assim, na processualidade da pesquisa concebemos a escrita dos diários como uma força expressiva, que não se constitui como um “diário de tagarelice” ou “ruminação de si mesmo” (Didi-Huberman, 2017, p. 24). Pelo contrário, afirmamos este registro como uma possibilidade de narrar aquilo que acontece entre a pesquisadora e os demais passeantes.

Percebemos a conversa como uma partilha da palavra que se dá entre outros e rizomaticamente pode nos ajudar a tatear a trama de linhas que nos compõem e constituem o modo de funcionamento das cidades, que são produzidas-inventadas por nós. Como nos advertem Deleuze e Parnet (1998) “as coisas, as pessoas, são compostas de linhas bastante diversas [...] há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc [...]” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 18).

Nesse sentido, afirmamos a conversa como uma possibilidade de produzir abertura ao encontro que pode nos colocar diante das perplexidades, dos encantamentos e dos assombros, que expandem os contornos daquilo que acreditávamos saber, daquilo que esperávamos que ocorresse. Percebemos que a conversa não é o mesmo que um diálogo, em que as falas se revezam, esperam, perguntam e respondem com uma alternância harmônica. Este gesto é concebido como um movimento, que suporta “acordos e desacordos”, e acolhe as tensões que podem surgir “entre duas biografias que se apresentam na hora do encontro” (Skliar, 2018, p. 12).

Nessa captura dupla, acreditamos que a conversa pode nos permitir pensar que assim como as formigas, podemos cavar nossos próprios túneis e produzir cidades outras que convivem e vazam o modelo de cidade que não acolhe a qualquer um. Cismamos com a possibilidade de nos juntarmos às pessoas que experimentam a condição de cegueira, às múltiplas leituras e a muitos outros interlocutores para conversar. Pensando que tal gesto pode nos interligar com os fluxos, com os acasos e com os acontecimentos proporcionando uma problematização dos registros que reduzem a condição de vida das pessoas cegas inscrevendo-as dentro daquilo que convencionamos chamar de deficiência. Apostamos na tentativa de produzir problematizações acerca dos modelos de cidades que historicamente estamos produzindo.

Enfatizamos, entretanto, que não pretendemos nos colocar no lugar do outro. Tentaremos narrar os efeitos do encontro com outros que seguirão “sempre sendo outros” (Skliar, 2018, p. 13).

Tal como nos dizem Deleuze e Parnet (1998):

Um encontro é talvez o mesmo que um devir ou uma núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode dar qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e por vezes sem as conhecer nem as ter jamais visto), mas também, movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. Todas estas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. [...] Encontrar é descobrir, capturar, roubar. Mas não há um método para descobrir, apenas uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou fazer como. A captura é sempre uma dupla captura, um roubo, um duplo roubo. É assim que se cria, não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre “fora” e “entre”. Uma conversa seria precisamente isso. (Deleuze e Parnet, 1998, p. 06-07).

Trata-se de uma pesquisa-escrita que não se constitui como produtora de soluções e apaziguamentos, mas que faz um esforço por voltar a olhar aquilo que já olhávamos com o desejo de tatear pequenos rastros, que podem nos conduzir a um regime produtor de perguntas e de desnaturalizações. Estabelecendo-se, assim, como uma tentativa de forjar um campo problemático que questiona a produção de normalidade, que colabora com a segregação e aniquilação de pessoas que

destoam daquilo que é concebido como norma-padrão. Dessa forma, a pesquisa se entrama com tal problematização na medida em que se propõe a interrogar os maniqueísmos, os sistemas binários, que nos entrelaçam à produção de verdades absolutas. Sobretudo, propõe-se problematizações quanto ao modo como nos implicamos com os referidos discursos, que podem nos lançar a fazer uso de reducionismos que percebem uma condição de vida apenas pelo prisma da falta, ou seja, mais precisamente pela ineficiência do sentido da visão.

Didi-Huberman (2010) em seu livro *O que vemos, o que nos olha* elabora uma investigação daquilo que existe entre a imagem, o olhar e a representação e nesse sentido argumenta que o olhar não é uma ação meramente fisiológica, e sim um gesto que está interligado com uma tatilidade do corpo. De acordo com este mesmo autor, “[...] ver só se pensa e só se experimenta em última instância na experiência do tocar” (Didi-Huberman, 2010, p. 31), “todo visível é talhado no tangível [...]” (Didi-Huberman, 2010, p. 31). Isto é, a visão se agencia com as experimentações corporais que produzimos ao longo da vida.

Didi-Huberman (2010) nos diz ainda que aquilo que vemos está relacionado com uma produção. Nesse sentido, aquilo que é visto são sempre coisas parciais, dizem de nossas trajetórias formativas, daquilo que estamos nos tornando ao longo de nossas vidas. A fim de explicitar melhor esta problematização, o autor nos traz a experimentação do personagem de Ulisses, Stephen Dedalus, que experimenta o falecimento da mãe e quando vai apreciar o mar, vê o rosto dela refletido nas águas. O referido autor destaca que aquilo que vemos pode ser também um potente dispositivo de memória, interpelando-nos por aquilo que já sentimos-vimos, colocando-nos também dentro de linhas nas quais experimentamos outras possibilidades, outras variações, que podem nos ajudar a rasurar nossas crenças, nossas percepções, que por ora se apresentam de forma axiomática.

ENTRE DIÁRIOS DE PESQUISA: a tessitura de um campo problemático

Hoje foi o primeiro passeio “oficializado” com Y. E eu aguardei o término de sua aula. Com o intento de acompanhá-lo até os acessos de sua casa, no Morro da Mineira, que fica localizado, no bairro do Catumbi, no município do Rio de Janeiro. Y. tem 21 anos, é portador de cegueira congênita e está no segundo ano do Ensino Médio na modalidade-Técnico de Revisão em Braille. Eu o conheço desde que ele estava nos anos iniciais do ensino fundamental e nós algumas vezes compartilhamos o mesmo caminho para chegar ao ponto de ônibus. Faz pouco tempo que o percebo, de fato, caminhando sozinho, isto é, sem estar acompanhado pela mãe. Acho importante destacar que o estudante experimenta a condição de cegueira associada a uma condição motora, na qual ele se desloca fazendo uma marcha que difere do modo de caminhar que aprendemos a considerar como sendo o habitual. Sublinho também que quando percebi que sua mãe não mais o acompanhava, perguntei-lhe se precisava de algum auxílio para chegar ao ponto de ônibus e ele retrucou dizendo: “que precisava ir sozinho, pois estava aprendendo a se virar”. Dessa vez, no entanto, ao convidá-lo para uma possível participação na pesquisa, houve um aceite imediato! No passeio de hoje conversamos sobre muitas coisas, mas lembro-me que num dado momento eu lhe fiz a seguinte pergunta: “como você caminha pela cidade? Como você encara a inacessibilidade urbana sendo cego?”. Y. me devolveu a pergunta indagando: “como você acha que caminho? E tocou nas próprias pernas para me interpelar dizendo: “não seria com isso?”. Optei por habitar a pergunta, fiquei em silêncio e entrei

num outro movimento... desloquei-me a pensar naquilo que pode ter sido, talvez, o “entre” de nosso encontro. (Diário de pesquisa. Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2024)

Sensibilizadas pelas linhas que foram constituídas no passeio-conversante que fiz junto a Y. até os acessos ao Morro da Mineira, no bairro do Catumbi, no município do Rio de Janeiro, lembramo-nos do estranhamento que podemos sentir com o modo de caminhar deste estudante. Isso porque ele “anda de forma desequilibrada”, produzindo “uma espécie de passo em falso” que se agencia com a sua condição de cegueira. Memoramos, ainda, que ao experimentar a companhia do menino, existiu uma certa preocupação, um estado de alerta para uma possível queda, um possível tropeço.

Envolvidas com os efeitos deste encontro, sentimo-nos motivadas a tecer uma conversa com Didi-Huberman (2010). O autor nos diz que há uma parcialidade naquilo que vemos-percebemos. Existe a produção de um modo de olhar que está interligada com as linhas que tateamos enquanto produzimos nossas vidas, o que movimenta a perguntar: Como vamos produzindo essa percepção de que outro precisa andar, ver e viver, segundo uma norma-padrão? Essa visão que ordena e busca pela perfeição quanto aos movimentos de um corpo pode ser agenciada com a produção de um olhar? Por entre o ver e o não ver com os olhos, por entre os passos que se dão em falso, poderíamos aprender a elaborar uma pesquisa, que perambula e tateia as linhas dadas do mapa de uma cidade, constituindo linhas escritas, linhas sensíveis, linhas de vida que nos entramam com um processo de abertura para aquilo que difere?

Movidas por estes questionamentos passamos a pensar que era fundamental problematizar as linhas dadas que nos habitam e podem delimitar o nosso olhar fazendo com que tenhamos uma concepção unívoca quanto ao modo de operar de nossos corpos. Este movimento nos permitiu conversar com Manso (2015), que elabora uma problematização da cegueira, destacando que esta condição de vida por vezes é condenada como modo de vida deficiente. Nas palavras desta autora, o termo “deficiência” é uma invenção conceitual histórica do saber biomédico, que resguarda em si um parâmetro de julgamento para as funções do corpo visando a uma normalização que estabelece um modelo ideal, crivando um preceito insolúvel que não permite a variação.

Rego (2017) também contribui com essa conversação convocando-nos a pensar que o discurso biomédico não é apenas uma regulação dos corpos, mas também uma força produtora que gera modos de pensar generalizantes. Trata-se de uma enunciação que tem uma longa história de institucionalização do desvio e da diferença como patologia, expandindo seus domínios na contemporaneidade não somente em relação ao patológico e desviante, mas, principalmente, à boa dose de saúde e normalidade pretendida pela civilização.

Sensibilizadas por estas problematizações, lançamo-nos a tensionar os sentidos normativos que existem na palavra “deficiência”, questionando os limites e os parâmetros que regem esta adjetivação e que estão ligados intrinsecamente ao saber biomédico. Recorremos ao início da obra *O Nascimento da Clínica*, escrita por Foucault (2004), que nos convida a pensar na produção desse saber poder nos dizendo que:

A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnica da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo [...] A Medicina regula-se mais, em compensação, pela normalidade do que pela saúde. (Foucault, 2004, p. 37).

Nesta mesma obra, o referido autor enfatiza que o saber médico foi balizador de regras para o corpo. Isso nos ajuda a pensar na implantação e no uso do termo deficiência para nomear os corpos que desviam da norma, fazendo-nos sentir especialmente que o saber biomédico invadiu diferentes espaços e introduziu sua racionalidade como uma certeza que pode intervir sobre a vida, conformando-se como uma produção de conhecimento que pode afirmar como devemos ser, que hábitos podemos ter etc. Isso, por consequência, tem uma operacionalização em nós: nos modos como falamos, pensamos e fazemos existir determinadas condições de vida.

Nos dizeres de Foucault (1997) foi a partir da modernidade, que se instaurou um poder disciplinar, que elencava o corpo como máquina que poderia garantir ganhos econômicos. Nesse contexto, insurgiu a biopolítica, que regulava o nascimento, os níveis de mortalidade e a boa dose de saúde da população, afirmando a biomedicina como um saber insolúvel que pode determinar aquilo que se constitui como doença e saúde. Assim, inventou-se um paradigma do corpo como uma espécie de máquina, cujas peças deveriam apresentar um bom funcionamento.

De acordo com Manso (2015) foi:

[...] Por esta via, que a cegueira estabeleceu-se no quadro das nossas representações culturais como uma condição patológica a que se chamou deficiência visual, nascendo em meio à modernidade, sob o signo da falta e do desvio em relação ao modelo biomédico do corpo. (Manso, 2015, p. 23).

Diante das referidas problematizações, voltamos a olhar a cegueira, agenciadas pelas provocações de Manso (2015), que nos propõe que podemos operar por meio das linhas que não desprezam totalmente o saber biomédico, mas que também não se limitam as intervenções de maneira naturalizante. Com isso é possível produzirmos uma concepção do corpo como um lugar privilegiado de criação, palco das múltiplas invenções.

Ainda neste contexto, buscamos também dialogar com Kastrup (2010) que nos convida a pensar no entre que pode existir entre o ver e o não ver. Esta autora nos sinaliza que as pessoas videntes costumam perceber a pessoa cega apenas pelo limite de sua deficiência. Assim, convidamos a pensar a existência de modos de ver, que são múltiplos. Incentivando-nos ainda a compreender a condição de cegueira como um modo de vida que vê de modos outros.

[...] um entendimento de pessoas cegas e com baixa visão para além dos limites de sua deficiência e da crosta identitária que constitui a camada externa e endurecida de sua subjetividade. Convidam também ao desenvolvimento de dispositivos e estratégias [...] que possam efetivamente acionar processos de reinvenção de si e do mundo, incluindo no mesmo coletivo, comum e heterogêneo, cegos e videntes. (Kastrup, 2010, p. 56-57).

Kastrup (2010) nos dá a pensar como a condição de existência da pessoa cega foi sendo atrelada a uma representação negativa. Nesse sentido, ela pontua que tal questão é fruto de uma produção histórica. Segundo a autora, desde a Idade Média, foram criadas fábulas e encenações teatrais que afirmavam os cegos como pessoas desajeitadas, grosseiras e que podem explorar a caridade alheia. Kastrup (2010) sublinha que estas interpretações foram cruciais para a elaboração de um modo de ver que atrela a condição de existência da pessoa cega ao riso, ao terror, à repugnância ou à compaixão.

Entretanto, Kastrup (2010) nos propõe a pensar que no encontro com as pessoas cegas, nós pessoas videntes, que fomos aprendendo a conceber o ver delimitado ao pleno funcionamento dos olhos, temos também a oportunidade de constituir uma concepção de que nosso modo de ver

com os olhos não é o único possível, existem outros modos de ver. Há uma cisão, uma contradição e uma incompletude que nos compõe. De acordo com esta mesma autora, o encontro das diferenças e a relação com a alteridade possibilitam a nós a experimentação de uma fecundidade dos processos de transformação, lançando-nos além de nós mesmos, o que pode, desse modo, entramar-nos com uma condição de abertura à existência do outro.

Diante de tais ponderações, sentimo-nos sensibilizadas a retomar o tateio das linhas do passeio e da conversa que foram tecidas junto a Y., transportando-nos para a busca de outros afetos, de desejos outros, que nos ajudam a continuar rastreando aquilo que nos aconteceu no encontro, permitindo-nos sentir a existências de linhas outras...

Desde o dia do passeio-conversante com Y. tenho me deslocado a problematizar a organização que foi elaborada para os nossos corpos...Olhos podem apenas ver? Ouvidos servem apenas para ouvir? Pernas nos possibilitam apenas andar? Mãos nos permitem apenas tocar? Será mesmo que precisamos pensar assim? Desde o mestrado tenho pensado muito no que há entre o ver e o não ver com olhos. Mas a caminhada com Y. fez insurgir em mim um atravessamento outro... O que há em nossos desequilíbrios? A desorganização de nossa corporalidade seria uma potente forma de habitar-mos o mundo criando modos outros de vê-lo? Ao nos entregarmos a essas “desorganizações”, poderíamos também pisar em falso, não para coincidir e reproduzir uma condição de existência, mas como via de produzir um agenciamento com as linhas que conversam e questionam as certezas dos pensamentos pré-estabelecidos? Ao experimentarmos uma desorganização dos sentidos, que foram inventados, para ordenar a vida, poderíamos profanar os conhecimentos sacralizados, que nos constituem e nos fazem produzir alguns juízos, por vezes nos posicionando como uma espécie de juízes-deuses, isto é, nos constituindo como seres perfeitos? (Diário de pesquisa - Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2024.)

Movimentadas pelas indagações que compõem o diário ulterior, arriscamo-nos a conversar com Deleuze e Guattari (2012). Em seu livro *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.3*, os autores convocam a pensar a noção de corpo sem órgãos (CSO). Para eles, o CSO insurge como uma possibilidade de desorganizarmos as funções de um organismo e o que se supõe é que ao emaranhar as funções dos órgãos podemos provocar uma confusão entre os sentidos, o que pode, talvez, nos encaminhar a dúvida quanto àquilo que estava dado como verdade única.

Nesta obra, Deleuze e Guattari (2012) fazem uma alusão a Artaud, que em 28 de novembro de 1947, declarou guerra aos órgãos para acabar com o julgamento de Deus. Eles nos convidam a refletir acerca da organização dos órgãos que arrumam um território fazendo com que tudo permaneça em seu devido lugar. Os autores admitem os pensamentos de Artaud que concebem Deus como sinônimo de uma ordem estabelecida, uma verdade axiomática, um modelo ideal e assim constata que os órgãos se organizam hermeticamente para julgar, não se rendendo aos movimentos.

Por isso, Deleuze e Guattari (2012) afirmam que os inimigos dos CSO não são os órgãos, mas os organismos, que classificam, ordenam, delimitam e se organizam em torno da afirmação da normalidade. Para estes autores, dizer não ao julgamento de Deus implica pensar que não estamos fora destas relações, que impõem a normalidade, mas que estamos totalmente entramadas com estas linhas que, no entanto, podem ser fissuradas permitindo a variação.

Nesse sentido, o CSO constitui-se como uma possibilidade de experimentação, como uma tentativa de vazar o julgamento de Deus. Por isso, o CSO não se explicita como conceito, mas como uma prática, um exercício de nos reinventarmos, colocando em jogo novas composições que ressaltam as potencialidades da vida. Nos dizeres de Deleuze e Guattari, ao fabricarmos o CSO tendemos a:

[...] não mais suportar os olhos para ver, os pulmões para respirar, a boca para engolir, a língua para falar, o cérebro para pensar, o ânus e a laringe, a cabeça e as pernas [...] podendo caminhar com a cabeça, cantar com os sinos, ver com a pele, respirar com o ventre [...]. (Deleuze e Guattari, 2012, p. 13).

Conforme já dito, Deleuze e Guattari (2012) nos atentam que ao nos colocarmos dispostos a vazar o julgamento de Deus, precisamos pensar modos de fugir daquilo que está instituído nas relações de poder, sem nos concebermos fora destas relações. Para estes mesmos autores, não existe um fora do poder. O que se empreende é um esforço, uma luta que se dá no meio do poder. É dentro que podemos pensar modos de minar a estratificação. Não se trata de uma oposição, mas de irmos instaurando fissuras que permitam a insurgência das variações.

Dessa forma, a fabricação do CSO constitui-se como um modo de (re)pensarmos as tradições, os juízos preservados, a voz que vem do alto, os dizeres eternos, as verdades soberanas e se apresenta como uma maneira de nos assumirmos como pessoas, cuja formação acontece através de contínuo processo.

Entrelaçadas com a possibilidade de compor um CSO, pensamos que talvez seja fundamental praticarmos uma desorganização no modo como sentimos as coisas para fazer uma substituição da “[...] anamnese pelo esquecimento, da interpretação pela experimentação” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 11). Pensamos que assim, talvez seja possível, escapar de nossas togas, nossas divindades, que não estão ligadas estritamente à dimensão religiosa, mas nos implicam com as linhas que podem ofuscar as potencialidades da vida! Por isso, pensamos que por entre a composição das linhas desta pesquisa podemos apostar na força do CSO! Acreditamos que nos atrelando a essa equipagem podemos de algum modo rasurar as definições, que nomeiam a condição de existência do outro, neste caso especificamente a vida das pessoas cegas, vinculando-a com um modo de existir deficiente.

Nesse contexto, ainda tomadas pelas provocações de Deleuze e Guattari (2012), sentimos que a fabricação de um CSO nos ajuda a experimentar as conexões, as mudanças, as linhas que compõem cada mapa existencial, fazendo-as escorregar. Ao desejarmos a criação de um CSO, buscamos nos deslocar da consciência soberana para nos atrelar a experiência contínua que os fluxos, as intensidades passem em vez de serem interditadas. Queremos com isso acessar outros afetos que insurgem com a intensidade de cada encontro. Mas também nos atentamos para o fato de que este exercício requer prudência, que não pode ser confundida com medo. Trata-se de um cuidado que exige uma definição do “[...] passa e o que não passa, o que faz passar e o que impede de passar [...]” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 13).

Ao rememorar a conversa-passeio com Y., lembrei-me de um momento em que o estudante narrou alguns obstáculos que ele precisava encarar, em suas caminhadas. Recordando-me que o mesmo havia dito que dependia da colaboração das pessoas que estavam no ponto de ônibus para tomar sua condução, pois os letreiros são compostos por informações visuais. Memorei ainda, que precisei ajudá-lo a desviar de enormes buracos, durante a nossa caminhada. E diante

disso, desloquei-me a indagar: como poderia pisar em falso para problematizar a produção deste olhar que cria uma interpretação obsessiva do modo de existir do outro? Pensei que eventualmente poderíamos fabricar um “CSO” (Deleuze e Guattari, 2012), agenciadas por esta experimentação! Deste modo, colocando como problema, a produção do espaço citadino que impede a passagem das potencialidades de um corpo que vê de modos outros. Questionando, nesse contexto, o paradigma desigual e visuocêntrico, que compõe o ambiente e dificulta a mobilidade da pessoa cega. (Diário de pesquisa. Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2024)

Desse modo, sensibilizadas pelas questões e problemas diários nos permitimos novamente ser afetadas pelas problematizações de Kastrup (2010), que nos incita a pensar que para além das delimitações que evocam a condição da pessoa cega conectada com a crosta identitária da deficiência. Existe a possibilidade de questionarmos a produção do mundo cujo paradigma é destacadamente visuocêntrico, dando a ver a experiência da cegueira como um “[...] lugar de potência e invenção [...]” (Kastrup, 2010, p. 60).

Sentimo-nos também atravessadas pelas considerações de Pallasmaa (2011), que problematiza o desenvolvimento histórico da arquitetura sob um paradigma que prioriza a visão no mundo ocidental. Vale ressaltar, que este mesmo autor também nos situa dentro de um questionamento quanto à importância do uso dos demais sentidos que segundo o mesmo podem nos ajudar a constituir uma “experiência multissensorial” (Pallasmaa, 2011, p. 39).

Pallasmaa (2011) problematiza a produção hierárquica que existe entre os sentidos, nos dando a pensar que a prevalência da visão não é apenas admitida pelo saber biomédico, mas que também se realiza dentro dos projetos arquitetônicos. Nessa direção, o autor alerta para a condição dos planejamentos urbanos, que em sua maioria se articulam por meio da “higiene do ótico” (Pallasmaa, 2011, p. 28). Explícita, assim, que a cidade contemporânea é uma “cidade dos olhos” (Pallasmaa, 2011, p. 28), cujas organizações favorecem uma espécie de sistema cartesiano que controla e isola.

À medida que Pallasmaa (2011) nos oferece um modo de ver que nos remete ao desenvolvimento histórico do paradigma que prioriza a visão, também nos fornece uma problematização que enceta a importância dos demais sentidos para a existência humana. Neste caso, o autor nos fala da possibilidade de criação de uma arquitetura multissensorial, que prioriza o corpo. Em seus dizeres, no confronto com a cidade usamos nosso corpo em sua integralidade, pois usamos as pernas para medir uma escada, usamos as mãos para abrir as maçanetas, fazendo com que a cidade nos ocupe do mesmo modo que ocupamos a cidade. O autor reivindica ainda que possamos conceber o tato como um sentido de proximidade, de intimidade e afeição, apreendendo o olho como um sentido de distância e separação, que impõe “clarezas e verdades” (Pallasmaa, 2011, p. 58). Nesse sentido as linhas, que constituímos nesta pesquisa parecem se entremar com as referidas considerações, pois empreendemos propiciar uma tatilidade, produzindo uma composição que descorporifique o paradigma da visão como condição prevalente da constituição de nossas cidades, de nossas corporeidades, de nossas escolas e daquilo que acontece entre elas. Pretendemos expandir os nossos modos de ver, dando outros usos às palavras, outros sentidos ao mundo, fundamentalmente pensando em problematizar as homogeneidades, a normalidade e a padronização.

Desse modo, na pesquisa apostamos na possibilidade de uma “não vidência” (Sousa, 2004, p. 181), sentindo-nos impulsionadas a perceber os hiatos, os mistérios e os intervalos que constituem as linhas plurais e complexas. Acreditamos que talvez assim seja possível forjar uma tatilidade

cinestésica, que nos coloque diante de uma possibilidade de estranhamento e problematização. Neste caso, empenhamo-nos em deslocar o crivo da deficiência, que é imposto ao modo de existir da pessoa que experimenta a condição de cegueira, questionando os usos que são dados às cidades e os modos como vamos produzindo nosso olhar no que se refere a estas existências.

Por isso, conectamo-nos com as linhas traçadas por Pélbart (2019), que nos diz que a despeito das linhas dadas, as linhas que, por exemplo, compõem a cidade segundo o paradigma visuocêntrico e desigual, existem outras linhas... linhas que nos desequilibram, nos lançam à experimentação do imprevisível, nos colocam diante do dessemelhante, do marginal, do excluído, arre-messando-nos para uma política do encontro, que pode ser crucial na constituição de um modo de ver que era inimaginável.

CONSIDERAÇÕES (IN) CONCLUSIVAS

Ao retornarmos o pensamento quanto ao que temos experimentado na processualidade da pesquisa, seguimos sendo provocadas a sentir que as pessoas, neste caso as pessoas cegas, podem caminhar pelos percursos da vida com um sentido distinto daquele que tentam lhes imputar. Essa percepção nos conduz a uma abertura, na qual as certezas podem ser substituídas por perguntas que nos sensibilizam e interpelam a pensar nas coisas que existem no mundo.

A partir da produção desta rede de problematizações, acreditamos que os estudos e a formulação de questionamentos quanto à constituição da cidade visuocêntrica, que inviabiliza a promoção do pleno exercício dos direitos e liberdades da pessoa cega, são também fundamentais para questionarmos o termo deficiência.

Desse modo, nos sentimos também interpeladas a pensar nas questões que envolvem aquilo que se convencionou chamar historicamente de deficiência, percebendo que há uma clara distinção, um esforço que se faz através de binômios que se esmeram na tarefa de separar, classificar, ordenar. Sentimo-nos, ainda, atravessadas pelos efeitos do encontro com o estudante cego. Neste ensaio, nos debruçamos a problematizar o encontro com Y. que nos conduziu à seguinte indagação: a cegueira não seria uma condição de existência em que as pessoas veem de modos outros?

Entramadas com tais questões, seguimos pensando que a pesquisa pode continuar nos ligando ao questionamento do sistema binário que pode nos transportar das percepções estreitas, despóticas e autoritaristas que resumem tudo a uma só verdade, firmando os debates e conversas, que se constituem como uma aposta ética, estética e política de pensar os encontros com estudantes cegos, como uma possibilidade de implodir universos carcerários que podem nos impedir de perceber que qualquer condição de existência produz questionamentos, saberes e vida...

Sem a intenção de encerrar os questionamentos suscitados, traçamos aqui as linhas que finalizam este trabalho, pensando que por meio desta entrega ao mundo, podemos enunciar algumas perguntas que se constituem como um gesto de abertura para outras tantas ressonâncias, outras problematizações.

Assim, indagamos: ao habitar os movimentos da vida que acontecem a céu aberto, ao nos misturarmos dentro de um contexto de uma luta por sobrevivência, poderíamos também nos interrogar por aquilo que há em nós e que está intimamente ligado às produções homogêneas que habitam a cidade, a escola, os corpos e a vida? Se pisarmos em falso, se cegarmos nossos olhos para alguns modos que temos de nomear e pensar determinadas condições de existência podemos nos agenciar com um desejo de ir tornando-nos outras(os), enquanto produzimos nosso próprio modo de viver e existir no mundo?

REFERÊNCIAS

- COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Revista Paralelo* 31, v. 2, n. 15, p. 10, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/20997>. Acesso em: 12 de abr. de 2025.
- COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV - Santa Maria*, v. 7, n. 2, p. 66-77, mai./ago 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111/pdf_1. Acesso em: 12 de abr. de 2025.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado. 2a. ed. São Paulo: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suelly Rolnik. 2a. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. 2a. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. pp. 129-160.
- FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos: II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- KASTRUP, Virgínia. Atualizando virtualidades: construindo a articulação entre arte e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010. pp. 52-73.
- MANSO, Carolina Cardoso. *Narrativas do não ver: (re)criações do corpo e do cegar*. Niterói: editora da UFF, 2015.
- PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- PELBART, Peter pal. *Ensaio do Assombro*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- REGO, Marise Brito do. *Medicalização da vida escolar: cartografia de práticas implicadas na produção do fracasso escolar e do "aluno-problema"*. 2017. 158f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2017.
- RIBETTO, Anelice; BUSQUET, Sara. Cartografando e Biografando um coletivo de forças entre escolas, famílias e Universidade Pública. In: RIBETTO, Anelice; SILVA, Daiana Pilar

Andrade de Freitas (Orgs.). *Diferenças e Alteridade na Educação*: Conversas, problemas e perguntas. 1a. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. pp. 25-37.

SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). *Conversa como metodologia de pesquisa*: por que não? Rio de Janeiro: Ayyu, 2018. pp.11-14.

SOUZA, Joana Belarmino de. *Aspectos comunicativos da percepção tátil*: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

Submetido em abril de 2025

Aprovado em maio de 2025

Informações das autoras

Anelice Ribetto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: anelatina@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1097-4880>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1137124063566744>

Débora de Souza Santos Madeira

Instituto Benjamin Constant (IBC)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: debossmadeira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8650-1380>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2349526971778231>